

Construction politique et sociale des Territoires

Cahier n°4 - octobre 2015

La Mouraria à Lisbonne : les usages du patrimoine et de la mémoire dans les quartiers populaires centraux

INTRODUÇÃO

Os usos do património e das memórias nos bairros 'populares' centrais

**João Pedro SILVA NUNES
Luís Vicente BAPTISTA**

INTRODUÇÃO

Os usos do património e das memórias nos bairros 'populares' centrais

João Pedro SILVA NUNES et Luís Vicente BAPTISTA

CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa

O conjunto de artigos que agora se publica dá a conhecer o conteúdo de um seminário organizado pelo *Construction politique et sociale des territoires - CoST* de L'UMR CITERES (Université François Rabelais, Tours), e a equipa do à época *CESNOVA – Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa*, hoje denominado *CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais* (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa). O evento reuniu em Lisboa a 9/10 de Julho de 2014, investigadores lusófonos e francófonos trabalhando em antropologia, história, geografia, sociologia e urbanismo, com experiência de pesquisa em diversos terrenos urbanos. Oportunidade para refletir, de forma interdisciplinar, acerca dos usos do património e das memórias em bairros 'populares' centrais e para apresentar e discutir resultados de investigação recente levada a cabo em três cidades europeias – Lisboa, Sevilha e Lyon.

Hoje, a inscrição territorial dos bairros 'populares' centrais é um tópico de investigação e reflexão particularmente relevante nas ciências sociais e é um tema crítico no domínio da ação pública. Por um

lado, nas cidades europeias, estes bairros mantêm um conjunto de relações com as dinâmicas dos espaços centrais das cidades: apesar de as formas de ocupação do espaço típicas atividades centrais se terem vindo a deslocar e a recompor ao longo de vastas aglomerações metropolitanas, as morfologias e as simbólicas dos centros históricos ainda se impõem. Por outro lado, estes bairros são tocados por uma multiplicidade de processos, entre os quais, o de patrimonialização, não perdendo, ainda assim, completamente as suas qualidades de «bairro popular».

As ações públicas sobre os centros antigos ou históricos das cidades ultrapassam a simples construção e generalização de prescrições protegendo monumentos ou espaços urbanos. Em geral, a ação pública suscita, entre uma grande diversidade de atores, leituras pormenorizada de certas dinâmicas sócio-espaciais. Estas interpretações são diversificadas no seus objetos e já não se limitam, como outrora, às intervenções sobre as condições de alojamento. Com efeito, diferentes ações de valorização dos espaços públicos, de promoção das memórias dos lugares e das populações encenam uma requalificação

dos bairros centrais. Ora, numerosas pesquisas estabelecem que a promoção ou a valorização dos bairros «populares» centrais corre o risco de destruir o que ela elogia. Porquê?

Porque ao contribuir para canalizar interesses turísticos e (re) valorizar os alojamentos, estas ações tornam possíveis processos de gentrificação e a chegada de novas populações. Este tema tem já longa e volumosa tradição na antropologia e na geografia, na sociologia e nos estudos urbanos, e começa a ser objeto de pesquisas em história urbana. São bem conhecidos os processos através dos quais diversas entidades locais implementam alternativas aos efeitos da gentrificação ou se opõem às intervenções públicas que a podem engendrar. Para certos grupos ou indivíduos as ações patrimoniais ou memoriais são recursos e contribuem para forjar identidades de ação. No entanto, as dinâmicas anunciadas ou temidas pela gentrificação, ou pela renovação suscitada ou enquadrada na ação pública, são frequentemente lentas e incompletas. Novos e antigos habitantes enfrentam situações de coexistência, marcadas pela tensão pela e conflitualidade. À escala dos bairros, com facilidade se observam espaços valorizados e aqueles que se constituem, e são constituídos, como os sinais da «degradação». Entre uns e outros, é possível, ou mesmo necessário, compreender e explicar as dinâmicas da invisibilidade urbana de espaços, atividades e populações – bem exemplificada na relativa visibilidade dos lugares que se apresentam como formas «alternativas»/ «não institucionais» de valorização cultural, face à relativa invisibilidade de espaços de vida precários e populações vulneráveis e estigmatizadas.

No contexto de crise generalizada que se verifica nas cidades europeias assiste-se à redução em simultâneo dos recursos públicos e da intensidade dos investimentos privados, não raro, alterando os seus fundos para novos domínios da economia urbana. Esta condição impende sobre os territórios e sobre as populações, contribuindo para manter certos bairros num estado de transição patrimonial. Os atores locais não deixam de se encontrar num regime de relações do qual resultam combinatórias

e alternativas que incluem resistências e convivências, negociações e escapatórias, indiferença e aceitação, mas enfrentam sobretudo uma considerável dose de incerteza.

As investigações agora publicadas convocam, sem exceção, uma dimensão histórica. Tanto na atenção dedicada à temporalidade das cidades – Lisboa, de Sevilha e de Lyon – como nas leituras dos cursos históricos e sociais dos bairros. O contributo de Daniel Malet Calvo tem precisamente na temporalidade longa da cidade de Lisboa o seu principal eixo de análise. Recuando até meados do século XVIII, e em especial, ao traumático acontecimento que foi o terramoto de 1755, o autor argumenta que a reorganização racionalista e iluminista de Lisboa, iniciada pelo Marquês de Pombal, conduziu à disjunção, então emergente, entre os bairros populares e os novos espaços da reconstrução. Os novos espaços da Lisboa setecentista, argumenta Calvo, referindo-se à leitura de David Harvey sobre a história urbana de Paris, configuram uma futura e secular ocupação burguesa. A partir deste acontecimento traumático na cidade de Lisboa, Daniel Malet Calvo passa, em seguida, revista algumas representações dos bairros populares lisboetas, associando-as à configuração espacial resultante da intervenção ocorrida no século XVIII e à geografia das classes populares. Situado no domínio da história das representações do popular, o argumento tem como horizonte de leitura as descrições eruditas do espaço urbano e da sociabilidade populares, presentes na tradição olissipográfica, e a sua inscrição nas estratégias de classe e de legitimação política do poder urbano na capital portuguesa, ao longo do século XVIII, XIX e XX.

Outros contributos oferecem recortes temporais fortemente significativos para a compreensão e explicação dos usos do património e do fabrico das memórias nos bairros ‘populares’ centrais. É o caso do artigo de Madalena Corte-Real, acerca da reabilitação do bairro da Mouraria. Por um lado, a autora estabelece as principais malhas cronológicas do processo – das intenções e projectos, imaginados na década de 1980, até à sua realização nos primeiros anos do século XXI – e, por outro, coloca em

evidência o facto de a população do bairro ter adquirido maior grau de heterogeneidade. Corte-real dá então conta da cronologia das políticas e acções destinadas à renovação do edificado do bairro da Mouraria. Para além de situar a ação pública no seu contexto urbano, esta é igualmente discutida à luz das lógicas de obtenção de vantagens competitivas entre cidades e territórios. Os novos regimes de estruturação do espaço e do tempo associados ao turismo, ao lazer urbano cosmopolita e aos consumos culturais das camadas médias urbanas são convocados para a uma interpretação mais fina da pluralidade de usos do território e de imagens da sua transformação.

Ainda no plano da temporalidade, merece particular relevo o artigo assinado por Jacques Galhardo, também acerca do bairro da Mouraria. Situando com clareza e precisão os programas e os projetos de ação pública naquele bairro Lisboa, Galhardo propõe-se analisar da emergência de uma influente narrativa acerca das origens árabes da Mouraria, mostrando como no domínio da construção social e política dos territórios, os actores em situação, neste caso, uma associação local, recorrem à temporalidade – e por conseguinte aos efeitos que podem e esperam obter do uso de imagens míticas do passado. Estabelecendo a génese e a difusão do discurso contemporâneo sobre as origens árabes da Mouraria, Galhardo mostra como a oposição *ghetto* medieval vs. bairro de imigração, bem com a analogia estabelecida no discurso entre segregação medieval e segregação metropolitana contemporânea, suporta a construção de quadro social de memória influente na leitura da condição política e urbana do bairro. A enunciação deste discurso tem efeitos nas relações entretidas as entre associações de bairro e, resultado de pesquisa significativo, os usos do espaço e do património. Neste domínio, o contributo de Galhardo é bem elucidativo da diversidade tanto de usos políticos da história e do espaço como dos quadros de memória social urbana em jogo na Mouraria, e por extensão na cidade de Lisboa.

Relevo também para artigo de Pedro Gomes que se fixando no bairro Moncey (Lyon 3^e) analisa de forma fina e sofisticada como naquele território, duas praças – Place Djebraïl Bahadourian e Place Gabriel Péri –

são intervencionadas, ao mesmo tempo, de maneira significativa e notoriamente diferente e constante. Uma sintética contextualização histórica do bairro e das políticas urbanísticas até finais da década de 1990 vai permitir ao autor reconstituir o lugar cidadão do bairro e das suas praças no fluxo de povoamento popular e migrante de Lyon. Das marcas passadas desse povoamento às atuais condições de acessibilidade, das procuras deliberadas dos dois espaços às condutas indesejáveis e às tensões de coexistência, da pequena delinquência ao sentimento de insegurança, o autor traça um quadro de propriedades típicas de um bairro “popular” entre centralidades da cidade Lyon e situa o domínio da ação pública projetada. No entanto, um importante alerta é desde logo realizado pelo autor: tal ação é tributária da passagem da ideia de ‘espaço público’ à de ‘espaços públicos’. Esta intrigante pluralização no domínio da intervenção é o ponto de partida para uma análise fina às sequências e consequências (ambas indeterminadas *a priori*, sublinha Gomes) dos projetos urbanos. Ao estabelecer com precisão os tempos, as formas e os conteúdos das duas intervenções, Pedro Gomes coloca em evidência o carácter construído dos problemas e das soluções. A diferença entre o tratamento das praças, por parte dos peritos e técnicos em urbanismo, revela-se assim como uma resultante: por um lado, de propriedades territoriais – usos, formas de ocupação do espaço e quadro edificado contrastantes – sobre o qual um ‘ethos de respeito’, na expressão de Gomes, por uma identidade do lugar e por valores presentes é projetado; por outro, de outros projetos urbanos que transcendem o perímetro da intervenção, como o tramway; e ainda, por fim, de imposições relativas às questões securitárias que incidem nas modalidades de articulação entre o que os peritos conhecem como procura pública dos espaços públicos e as tensões relativas à intervenção do político no espaço público de Lyon.

Se as temporalidades jogam um papel decisivo no fabrico dos argumentos dos autores dos artigos, é de salientar que as suas pesquisas recorrem em grande medida às dinâmicas de povoamento para compreender e explicar os usos sociais do território e os complexos, e por vezes paradoxais, processos

de construção de memórias de bairro. Estabelecendo uma comparação entre o bairro da Mouraria (Lisboa) e o bairro de El Cerezo (Sevilha), Beatriz Padilla e Francisco Cuberos apreendem como é que é gerida a diversidade cultural no quotidiano dos dois bairros. Recorrendo à etnografia comparada, o seu artigo oferece detalhada análise dos processos de construção do povoamento dos dois bairros e às condições residenciais de recepção de diversos grupos de migrantes. Entre o bairro 'popular' central, no artigo representado pela Mouraria, e o bairro 'popular' periférico, El Cerezo em Sevilha, são recortadas e interpretadas as distinções na gestão da diferença. Por intermédio dos desenhos e de contrastantes orientações de política pública, a explicação das diferenças é enunciada. Assim, como concluem Padilla e Cuberos, na Mouraria a visível diversidade étnico-cultural é um valor positivo da política pública municipal e é sistematicamente explorado pelos atores, ao passo que em El Cerezo, a diversidade é episodicamente tratada pela estrutura de gestão daquele território e esta prática não permite tornar visível a considerável diversidade cultural presente naquele território. Se no caso da Mouraria, a relação entre gestão da diversidade e história do povoamento se inscreve claramente no plano dos usos do património e reconstrução de memórias em contexto popular urbano marcado pela imigração, pode colocar-se a questão de em El Cerezo se estar perante o problema de se poder ou não patrimonializar territórios originários das políticas sociais de habitação do século XX – os *grands ensembles* franceses, as *new towns* britânicas ou escandinavas, ou os *polígonos* espanhóis, por exemplo.

Como bem mostra Hélène Veiga Gomes, a compreensão dos diversos processos de constituição do povoamento das grandes cidades é uma dimensão crítica para a compreensão das imagens negativas e ultra-estigmatizadas que sobre certos territórios se formam e se difundem. A autora argumenta que tais imagens são obstáculos ao conhecimento e à valorização da vida dos lugares. Com efeito, Veiga Gomes constrói uma escala de observação ao nível da "invenção do quotidiano" – no sentido conferido por Michel de Certeau – e coloca em questão o significado das acções que têm

por objectivo alterar a imagem, degradada, excusado é dizer, do bairro do Intendente (Lisboa). Fá-lo por via do confronto, crítico, entre as imagens originárias da esfera da ação pública e aquelas elaboradas e difundidas na prática quotidiana dos habitantes. Através destas últimas, e da elaboração de retratos da vida diária, a autora reconstitui parte da *ethnoscape* e da *mediascape* do Intendente, acedendo assim ao sentido da *chegada à cidade* e da *relação com um espaço mínimo de vida* por parte dos mais vulneráveis dos seus residentes.

A recomposição populacional dos bairros 'populares' centrais, e em particular a chegada e permanência de populações migrantes e das suas atividades, é uma condição estrutural e conjuntural que favorece outras interrogações e análises, sobretudo relativas à coexistência tensa entre habitantes, autóctones ou não, e turistas, por exemplo. Ora, neste sentido, os usos do património e a construção de memórias nos bairros "populares" centrais podem ser entendidos à luz dos modos e das formas como as disjunções nos fluxos globais incidem nos espaços, no fabrico dos lugares e na elaboração de comunidades. É precisamente face a este problema que o artigo de Iñigo Sanchez Fuarros se situa. Na sua análise ao bairro da Mouraria, o autor recorre a uma abordagem situacional, enquadrada por uma problemática que combina a etno-musicologia com os estudos culturais. Uma reconstituição da *soundscape* da Mouraria é oferecida – quer através da situação de escuta musical de fado por parte de turistas num quadro de proximidade física aos residentes, quer na forma como é gerida, por parte de comerciantes e de clientes, uma nova atmosfera musical noturna que estabelece novos protagonistas e novos públicos, não apenas lisboetas, que frequentam as antigas casas de diversão noturna do bairro. Sanchez Fuarros aborda ainda, por via da sonoridade, adstrita agora à gastronomia, uma outra disjunção de fluxos globais na Praça do Martim Moniz, adjacente ao Bairro da Mouraria: a presença de quiosques de restauração que compõem uma oferta gastronómica de tradições variadas e a bom preço é uma marca da tomada de oportunidade de investimento económico favorecida pelas construções

sociais e políticas, de cariz multi-étnico e multi-cultural, que revestem o bairro da Mouraria e modelam a sua imagem.

Numa reflexão sustentada por uma longa série de pesquisas acerca de bairros populares lisboetas, e em particular acerca da Mouraria, Marluce Menezes chama a atenção para a ocultação do quotidiano deste bairro entre duas ordens temporais e representacionais que se impõem no decurso das práticas de renovação – a do passado idealizado, não necessariamente consensual entre habitantes, e a do futuro promissor, cujo acesso está longe de ser igualitário. Ao tipificar as intervenções destinadas à renovação dos bairros populares em Lisboa, a autora vai aduzindo camadas de leitura e problematização que lhe permitem colocar a questão do direito à visibilidade do quotidiano das camadas populacionais, plurais, que habitam o bairro. O facto de o bairro da Mouraria ser objeto de prolongada intervenção urbanística, tanto em termos de renovação como de reabilitação, conduz Menezes a questionar as mais recentes práticas de transformação do espaço público – exemplificadas pelo apoio às atividades e acontecimentos associados à música, à dança ou às festividades organizadas localmente, amiúde enquadradas pelos poderes municipais. A questão que Marluce Menezes coloca é de se saber a que património se referem as intervenções, sabendo-se que, como bem argumentam os autores dos artigos, os patrimónios são social e politicamente construídos.

De forma bem detalhada, os artigos que compõem este número dão a conhecer as diferenças históricas e culturais, territoriais ou políticas que envolvem os atores e os bairros “populares” centrais – residentes e turistas, ONGs e estruturas da administração pública central e local, programas e agentes de política urbana europeus e nacionais e grandes e pequenos interesses económicos e imobiliários, comunidades em diáspora e uma variedade considerável de agrupamentos e de movimentos políticos, económicos ou culturais. Tais diferenças, e as ações que elas estruturam, são centrais para a compreensão e explicação das complexas construções políticas e sociais que dão forma e sentido aos usos do território e a construção de memórias.